

# PEC 65/2023

**SINAL**

SINDICATO NACIONAL DOS  
FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL



# ✓ RISCOS DA PEC 65/2023

## ✓ 1. O que a PEC 65/2023 propõe?

A PEC propõe alterar o regime jurídico do Banco Central, retirando-o da estrutura da Administração Pública e conferindo independência à instituição. Na prática, cria uma entidade de natureza jurídica *sui generis*, sem vinculação ao Poder Executivo, com regras próprias de funcionamento.

## ✓ 2. Por que a PEC pode comprometer o princípio democrático?

Porque enfraquece o vínculo entre a autoridade monetária e o sistema político-eleitoral. Decisões com forte impacto econômico deixam de estar, ainda que indiretamente, sujeitas ao controle da sociedade.

## ✓ 3. Como a proposta afeta a separação de poderes?

A PEC reduz a capacidade do Poder Executivo de influenciar as políticas monetária, cambial e creditícia, comprometendo instrumentos essenciais para a implementação de programas de governo e alterando o equilíbrio entre os Poderes.

## ✓ 4. Como a PEC afeta a soberania nacional?

Ao permitir que o Banco Central utilize receitas próprias para seu financiamento, a proposta desloca recursos que pertencem à União, reduzindo o controle sobre instrumentos centrais da política econômica.

## ✓ 5. A proposta reduz os mecanismos de controle?

Sim. A PEC prevê independência sem criar mecanismos equivalentes de controle democrático e institucional, além de enfraquecer vínculos hierárquicos com a Administração Pública e autonomia técnica dos servidores.

✓ **6. Existe risco de captura por interesses privados?**

Sim. Sem controle público robusto aumenta o risco de aproximação entre o Banco Central e o sistema financeiro, conforme apontado na literatura econômica e jurídica.

✓ **7. O que é o risco de conflito de interesses?**

Ao vincular o financiamento do Banco Central às suas próprias receitas, cria-se um incentivo institucional problemático: decisões podem considerar impactos financeiros internos da instituição, e não apenas o interesse público.

✓ **8. A falta de servidores e recursos justifica a PEC?**

O Banco Central aponta necessidade de ampliação do quadro, no entanto, não há estimativa clara de custos. A justificativa baseia-se em maior flexibilidade orçamentária, especialmente para investimentos e gestão administrativa, sem detalhamento preciso dos recursos necessários.

✓ **9. Quais são os impactos sobre os servidores do Banco Central?**

A PEC amplia a discricionariedade sobre política de pessoal, criação e extinção de cargos e organização das carreiras, o que pode abrir espaço para regimes de contratação distintos no futuro. Como o texto não assegura expressamente a manutenção do Regime Jurídico Único, permanecem dúvidas relevantes quanto ao modelo aplicável aos novos servidores e, em certa medida, quanto à estabilidade normativa do regime dos atuais.

✓ **10. Por que isso é um problema institucional?**

Porque garantias como estabilidade estatutária protegem a atuação técnica e independente dos servidores. Seu enfraquecimento pode aumentar riscos de interferência indevida.

✓ **11. A PEC pode impactar direitos fundamentais?**

Sim. A política monetária afeta diretamente inflação, emprego, renda e investimento público, influenciando condições materiais de vida da população.

✓ **12. Por que a proposta pode engessar a Constituição?**

Porque incorpora temas operacionais e instrumentos específicos no texto constitucional, reduzindo a capacidade de adaptação do Estado a mudanças econômicas e tecnológicas.

✓ **13. Qual é o principal risco institucional da PEC 65/2023?**

A criação de uma autoridade monetária com menor controle democrático, fragilização de garantias institucionais e potenciais conflitos de interesse, o que pode comprometer a condução da política econômica em alinhamento com o interesse público.



Em síntese, a proposta não representa mera alteração terminológica ou simples reforço institucional do Banco Central. Trata-se de uma mudança estrutural, que flexibiliza seu enquadramento jurídico e transfere aspectos centrais de sua organização para futura regulamentação infraconstitucional. Nesse contexto, permanecem dúvidas legítimas quanto aos limites institucionais, aos mecanismos de controle democrático e às garantias atualmente associadas ao regime jurídico vigente.

## USO INDEVIDO DA CONSTITUIÇÃO

O Pix é uma ferramenta operacional, sujeita a mudanças tecnológicas. Levá-lo para a Constituição distorce seu papel, que deve tratar apenas de princípios estruturais.

## ENGESSAMENTO INSTITUCIONAL

Constitucionalizar o Pix reduz a flexibilidade para inovação no sistema financeiro. O que deveria evoluir com agilidade passa a depender de mudanças constitucionais.

## IMPACTO SOCIAL

Um Banco Central independente pode dificultar políticas fiscais e sociais. O resultado pode ser mais desigualdade e menos proteção de direitos.

## RISCO AO PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO

A proposta pode enfraquecer o controle democrático sobre a política econômica.